**Tribunal Regional do Trabalho
da 2ª Região**

Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Divulgação

58/2015

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Geral

Ação Civil Pública. Substituição Processual. Pedido Genérico. Inépcia Não Configurada. Em se tratando de ação civil pública movida pela entidade de classe em defesa dos interesses individuais homogêneos dos empregados da ré, não há como se exigir a individualização dos haveres de cada substituído. Em consonância com o disposto nos artigos 95 e 97 do Código de Defesa do Consumidor, de aplicação subsidiária às lides trabalhistas, em caso de procedência do pedido a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados, ao passo que a liquidação será intentada por aqueles que, comprovadamente se beneficiaram da decisão judicial. (TRT/SP - 00029244920125020012 - RO - Ac. 2ªT [20150991155](#) - Rel. Rosa Maria Villa - DOE 17/11/2015)

AÇÃO MONITÓRIA

Cabimento

Ação monitoria. Prova escrita a confirmar o crédito e o direito do autor. Pressuposto processual de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Constitui requisito indispensável, ao manejo da ação monitoria, a existência de prova escrita que muito embora não seja hábil a autorizar a execução imediata dos valores requeridos, deve prescindir da ação de cognição ordinária para se confirmar a existência do crédito e a titularidade do direito. Hipótese em que os documentos apresentados não provamos argumentos do sindicato autor. Sentença mantida. (TRT/SP - 00029675320135020043 - RO - Ac. 17ªT [20150776670](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 04/09/2015)

AEROVIÁRIO

Geral

Aeroviários. Trabalho em terra. Auxiliar de rampa. Adicional de periculosidade por exposição durante abastecimento de aeronave. Devido. Inaplicável o entendimento da Súmula 447 do C. TST (TRT/SP - 00003958720135020314 - RO - Ac. 15ªT [20151029983](#) - Rel. Silvana Abramo Margherito Ariano- DOE 08/12/2015)

COMPETÊNCIA

Material

Recurso ordinário. Competência material da justiça do trabalho. A determinação de comprovação nos autos pelo reclamante do recolhimento de imposto de renda sobre parcelas pagas durante o contrato de trabalho, que foram erroneamente enquadradas como verbas indenizatórias pela reclamada, sob pena de expedição de ofícios aos órgãos competentes em matéria de recolhimento de tributos federais indubitavelmente está inserida na competência da Justiça do Trabalho, conforme, inclusive, é possível concluir pela interpretação do disposto no art. 765 da CLT. Recurso do Reclamante conhecido e improvido. (TRT/SP -

00014819220145020303 - RO - Ac. 5ªT [20150921327](#) - Rel. Maria da Conceição Batista - DOE 22/10/2015)

Servidor público (em geral)

Reconhecimento de vínculo de emprego. Autor contratado para trabalhar no 2º Tabelião de Notas de Santo André, antes da promulgação da CF/88, Sob regime estatutário. Inexistência de opção do trabalhador pelo regime da CLT, nos termos do art. 48, *caput*, da Lei nº 8.935/94, que regulamentou o art. 236, da CF. Vínculo não configurado. Inteligência do parágrafo 2º do art. 48 da Lei nº 8.935/94. Incompetência material da Justiça do Trabalho configurada. Segundo a prova documental, o reclamante, admitido em 1º/11/1984 como Auxiliar de Cartório, foi nomeado Escrevente em 25/4/1988, ocasião em que se declarou ciente do regime estatutário a que ficava sujeito. Não há provas nos autos de que tenha efetuado a opção pelo regime da CLT, de que trata o *caput* do art. 4º da Lei nº 8.935/94. Ao réves, o autor refere, na inicial, a recolhimentos de contribuição ao IPESP (Instituto de Previdência do Estado de São Paulo), confirmando sua condição de estatutário. Incide, pois, na hipótese, o parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 8.935/94, segundo o qual, não ocorrendo a aludida opção, os escreventes de investidura estatutária continuarão regidos pelas normas aplicáveis aos funcionários públicos. Prejudicado o exame das demais questões ventiladas no apelo, determinando-se a remessa dos autos ao Juízo Comum Estadual, competente para apreciação da matéria. (TRT/SP - 00010968520135020431 - RO - Ac. 8ªT [20150928003](#) - Rel. Sidnei Alves Teixeira - DOE 27/10/2015)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por dano moral em geral

Dano moral coletivo e dano moral individual. Violação ao meio ambiente do trabalho. Possibilidade de cumulação. O dano moral coletivo viola direitos difusos, coletivos e/ou individuais homogêneos dos trabalhadores, portanto, com viés metaindividual, enquanto que o dano moral individual atinge o empregado em si, trazendo como consequência ofensa à honra, ao afeto, à liberdade, à profissão, ao respeito, à psique, à saúde, ao nome, ao crédito, ao bem estar e à vida do trabalhador, violando seus direitos fundamentais como pessoa humana, sem necessidade de ocorrência de prejuízo econômico. A diferença entre o dano moral individual e o coletivo está, portanto, na abrangência da lesão. No caso em tela, a conduta da recorrente violou tanto direitos coletivos *lato sensu*, quanto os individuais puros de seus empregados expostos a graves riscos de acidentes do trabalho, inclusive fatais. Assim, é cabível a cumulação da condenação individual e coletiva dos danos morais causados. (TRT/SP - 01726003820075020313 - RO - Ac. 14ªT [20150690961](#) - Rel. Manoel Antonio Ariano - DOE 20/08/2015)

Dano moral. Numerosos assaltos à mão armada sofridos durante a execução do trabalho como carteira. Risco de morte. Configurado. Ausência de adoção de quaisquer medidas de segurança e proteção à vida e incolumidade física e psíquica da trabalhadora terceirizada. Discriminação em relação aos empregados da tomadora de serviços (EBCT), que trabalhavam nos mesmos postos sob escolta. Durante os cerca de seis meses de contrato de trabalho, a autora sofreu mais de 35 assaltos à mão armada, tendo sido feita refém em algumas oportunidades, inclusive em meio a perseguição policial e troca de tiros. O preposto da 2ª ré confirmou a alegação da autora, no sentido de que se ativava em áreas de risco (favelas e bairros da periferia), ao noticiar que "a primeira

reclamada atende nas regiões onde há falta de carteiros, incluindo áreas de risco". Ademais, a prova oral evidenciou que a reclamante nunca trabalhou escoltada, procedimento este adotado apenas em relação aos empregados da EBCT. Ademais, o depoimento do preposto da 1ª ré, revelou total descaso e absoluta indiferença com o que pudesse suceder à trabalhadora, cuja vida esteve em constante perigo. Evidenciada, portanto, violação ao princípio da dignidade humana (CF, art. 1º, III) e configurado do dano moral a ser reparado. Recurso da 1ª reclamada a que se nega provimento. (TRT/SP - 00032744420125020042 - RO - Ac. 8ªT [20150928194](#) - Rel. Sidnei Alves Teixeira - DOE 27/10/2015)

DOCUMENTOS

Autenticação

Em que pese a disposição do art. 830, parágrafo único, da CLT, no processo do trabalho "só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes" (art. 794 da CLT), o qual não se extrai só pela falta de autenticação dos documentos juntados pelo autor. Trata-se de formalidade que, por si só, não tem o condão de invalidar a prova produzida. (TRT/SP - 00014293320135020303 - RO - Ac. 17ªT [20150776254](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 04/09/2015)

DOMÉSTICA

Configuração

Prestação de serviços domésticos. Pajem. Vínculo reconhecido. O artigo 1º da Lei 5.859/72 conceitua o empregado doméstico como "aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas". *In casu*, a reclamante logrou comprovar que se enquadra nesse conceito, eis que a prova colhida nos autos demonstra que a obreira prestava serviços à família da reclamada, como pajem da filha da ré, e não como professora particular tal qual alegado em defesa, pois evidente que não faz parte das atribuições de um preceptor dar banho em seu aluno ou conduzi-lo à escola. Além disso, também inexistente prova quanto à alegada eventualidade na prestação de serviços. Ao reconhecer o trabalho prestado pela recorrente, mas atribuir-lhe feição jurídica diversa, implicou alegação de fato desconstitutivo (modificativo/impeditivo) do direito pleiteado na inicial, resultando endereçamento à recorrida, do ônus de demonstrar a alegada autonomia e inexistência do vínculo, consoante o disposto no artigo 333, II, do CPC, encargo do qual não se desvencilhou. Nesse diapasão, fica evidenciada a prestação pessoal de serviços por parte da autora, como cuidadora da filha da ré, de forma contínua, pelo labor de segunda a sexta-feira, nos moldes do mencionado artigo 1º da Lei 5.859/72, razão pela qual reformo a r. Sentença, para reconhecer o vínculo empregatício entre as partes, no período de 03/06/2014 a 06/10/2014. Recurso da autora provido no particular. (PJe-JT TRT/SP - [10019462420145020614](#) - RO - Ac. 4ªT - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DEJT 10/06/2015)

EMPRESAS (CONSÓRCIO)

Solidariedade

Grupo econômico familiar. Responsabilidade solidária. *In casu*, ficou evidenciado o grupo econômico familiar entre as reclamadas, tendo em vista a caracterização de existência de coordenação entre as empresas consorciadas por um mesmo núcleo parental, impondo-se atribuir a responsabilidade solidária àquelas que, em face de

sua conexão, beneficiaram-se dos serviços prestados pelo demandante, sendo inaplicável, na hipótese em exame, o teor dos artigos 1.003 e 1.032 do Código Civil. O grupo econômico possui comunhão de interesses, com exercício de atividades complementares, havendo, conseqüentemente, comunhão de deveres. Desta forma, os serviços prestados pelo autor a todas beneficiou. Se as reclamadas compõem grupo econômico devem responder solidariamente pelas obrigações do contrato de trabalho mantido com o reclamante (artigo 2º da CLT), facultando-se ao empregado reclamar indistintamente contra todas, contra algumas ou contra cada uma (Código Civil, artigos 264 e 275). Sentença mantida. (PJe-JT TRT/SP - [10012376320135020342](#) - RO - Ac. 4ªT - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DEJT 10/06/2015)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Configuração

Sucessão. Acervo imaterial. Embora possível configurar a sucessão com a aquisição dos direitos à marca, não se configura o instituto se não demonstrada a ligação dessa com a reclamada-empregadora. (TRT/SP - 01442008619905020029 - AP - Ac. 3ªT [20150931705](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 27/10/2015)

EXECUÇÃO

Extinção

Execução. Extinção por abandono processual. A execução na Justiça do Trabalho processa-se por impulso oficial, conforme artigo 878 da CLT. Assim, havendo elementos nos autos capazes de gerar diligências úteis, ainda que o feito permaneça estagnado por mais de um ano, não se pode falar em abandono processual. Agravo de petição a que se dá provimento. (TRT/SP - 00960005220065020008 - AP - Ac. 2ªT [20151032259](#) - Rel. Sônia Maria Forster do Amaral - DOE 04/12/2015)

Penhora. Impenhorabilidade

Impenhorabilidade. Alegação de que o veículo é impenhorável por ser necessário para o exercício profissional do agravante (art. 649, inciso V, do CPC). Ausência de quaisquer documentos que comprovam o exercício da profissão de entregador de pães como trabalhador autônomo ou como empregado, e de registro perante os órgãos administrativos para a utilização regular do veículo penhorado na atividade profissional aduzida. Não provada a impenhorabilidade do bem. (TRT/SP - 00001221720155020063 - AIAP - Ac. 6ªT [20150922293](#) - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DOE 26/10/2015)

Bem de família. Imóvel declarado à Receita Federal, cujo endereço coincide com o do contribuinte/embarcante, e o mesmo que consta na procuração outorgada, no contrato social, nas intimações e nos comprovantes de conta telefônica, água e energia. Elementos que demonstram que o embarcante reside no imóvel, atraindo a hipótese de impenhorabilidade prevista no art. 1º, da Lei 8.009/90. Agravo de petição provido para determinar a desconstituição da penhora. (TRT/SP - 00028726020115020021 - AP - Ac. 6ªT [20150922382](#) - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DOE 26/10/2015)

GORJETA

Instituição em dissídio

Gorjeta compulsória e gorjeta espontânea. Distinção. Incorporação a remuneração. O que diferencia a gorjeta espontânea da gorjeta compulsória é que a primeira fica a critério do consumidor, enquanto a segunda é cobrada e incluída na nota fiscal. O fato de o empregador ter conhecimento do montante recebido por seus empregados ou intermediar a distribuição do montante recolhido, não transmuda gorjeta espontânea em gorjeta compulsória. As normas coletivas são fontes de Direito do Trabalho prestigiadas pela Carta Magna, razão pela qual, ao fazerem distinção entre as modalidades de gorjeta não afrontam o disposto no artigo 457 da CLT, mesmo porque, o valor da estimativa de gorjetas é integrado à remuneração para fins de cálculo dos títulos contratuais. (TRT/SP - 00028691820145020016 - RO - Ac. 2ªT [20150767840](#) - Rel. Rosa Maria Villa - DOE 08/09/2015)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Eliminação ou redução

Equipamento de proteção individual. Necessidade de comprovar o uso. A simples aquisição de EPIs não permite inferir pela neutralização do agente agressor se divorciada de elementos demonstrando a entrega e utilizações desses pelo trabalhador. (TRT/SP - 01031006720085020241 - RO - Ac. 3ªT [20150951560](#) - Rel. Rosana de Almeida Bueno - DOE 05/11/2015)

Médico e afins

Adicional de insalubridade. Somente no caso de trabalhar o profissional da saúde em área de isolamento de pacientes portadores de moléstias infectocontagiosas o adicional é devido em grau máximo. O profissional que trabalha em hospital e apenas tem contato com pacientes portadores deste tipo de moléstia fica adstrito ao recebimento do adicional em grau médio. Inteligência do anexo 14 da NR-15 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho. (TRT/SP - 00008604520135020040 - RO - Ac. 1ªT [20151028391](#) - Rel. Maria José Bighetti Ordoño Rebello - DOE 14/12/2015)

Risco de vida

Periculosidade. Armazenamento de tanques de combustível em edifícios verticais. Explicitação normativa de condições seguras. Limites objetivos. Desrespeito. Condenação ao pagamento do adicional de periculosidade. O armazenamento de combustíveis em edifícios pode ocorrer apenas com o enterramento dos tanques. Do contrário, a situação é de risco. A área de risco abrange toda a edificação, não apenas a sala onde os tanques ficavam armazenados. Inteligência da NR 20, conforme vigia ao tempo do contrato. Aplicação da diretriz da Orientação Jurisprudencial 385 da SBDI1 do TST. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00030939620135020013 - RO - Ac. 17ªT [20150895970](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 09/10/2015)

MULTA

Cabimento e limites

Execução de acordo. Multa. Aplicação estrita dos termos da avença. As partes fixaram que a reprimenda recairia apenas sobre a parcela em aberto, nada

dispondo sobre a antecipação dos valores que se venceriam posteriormente, razão pela qual o exequente faz jus somente à multa calculada sobre a parcela paga a destempo, mas não sobre as subseqüentes, tampouco ao pagamento antecipado. Com efeito, deve ser prestigiada a forma pela qual as partes dispuseram sobre a aplicação da multa. Agravo de petição ao qual se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP [10005945120145020381](#) - 11ªTurma - AP - Rel. Líbia da Graça Pires - DEJT 12/11/2015)

NORMA JURÍDICA

Inconstitucionalidade. Em geral

Índice de correção monetária. Revisão constitucional da TRD. Decisão vinculante do STF. Interpretação conforme à constituição. Competência privativa do plenário. Inexistência. Adoção de novo índice, já estabilizado administrativa e judicialmente. Irrelevância da suspensão dos efeitos de decisão do TST sobre o mesmo tema. A partir da decisão, com efeitos *erga omnes*, do STF sobre inconstitucionalidade da utilização da TRD como índice de correção monetária, o magistrado, em qualquer grau de jurisdição, aplicando a técnica hermenêutica da interpretação conforme à Constituição, pode, não declarando inconstitucionalidade com redução de texto, reconhecer a superação da regra e construir alternativa para implementação de decisão justa. A suspensão dos efeitos da decisão do TST nos autos da arguição de inconstitucionalidade 479/2011 não ofusca tal possibilidade. Se a decisão não declara inconstitucionalidade com redução de texto, a competência a que alude a súmula vinculante 10, do STF, para o plenário do Tribunal, não se aplica. (TRT/SP - 00011395620125020043 - RO - Ac. 14ªT [20151066080](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 18/12/2015)

Interpretação

Nova redação da Súmula 124 do E. TST. Aplicação retroativa. Possibilidade. Embora a Súmula 124 do C. TST tenha sido aprovada pela Corte Superior apenas em 14/09/2012 e publicada em 25/09/2012, não há que se falar em limitação da aplicação do divisor 150 para período posterior à data em que houve modificação da redação do enunciado, posto que entendimento jurisprudencial não se confunde com norma jurídica, portanto, não há impossibilidade para retroagir, pois as Súmulas tratam-se de consolidação de entendimentos jurídicos precedentes, na interpretação das normas jurídicas já vigentes. Assim, não há que se falar em aplicação da irretroatividade da norma jurídica com relação às Súmulas e Orientações Jurisprudenciais. (TRT/SP - 00012596220135020044 - RO - Ac. 6ªT [20150432865](#) - Rel. Valdir Florindo - DOE 09/06/2015)

PETROLEIRO

Benefícios previdenciários complementares

Complementação de aposentadoria. Regime de previdência privada. Decisão do STF nos REs 586453 e 583050. Ausência de sentença de mérito até 20.02.2013. Remessa à Justiça Comum. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos Recursos Extraordinários (REs) 586453 e 583050, que possuem repercussão geral, compete à Justiça Comum o julgamento dos processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada. Houve, ainda, a modulação dos efeitos dessa decisão para que permaneçam na Justiça do Trabalho os feitos com sentença de mérito proferida até 20.02.2013, o que resulta na remessa à Justiça Comum dos autos que não se enquadrem nessa situação.

Recurso da Fundação PETROS provido. (TRT/SP - 00007254720115020252 - RO - Ac. 4ªT [20150887161](#) - Rel. Ivani Contini Bramante - DOE 16/10/2015)

PRESCRIÇÃO

Intercorrente

Reintegração. Execução provisória. Prescrição. Apesar da possibilidade de reintegração do trabalhador em execução provisória, incabível protestar por prescrição intercorrente durante o período em que se aguardou o trânsito em julgado, mormente se não houve determinação para o efetivo reingresso do autor ao trabalho. (TRT/SP - 00632000320085020492 - AP - Ac. 3ªT [20150931543](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 27/10/2015)

PROCESSO

Litisconsórcio

Litisconsórcio passivo. Empregador confesso quanto à matéria de fato. A confissão presumida do empregador não torna, só por isso, incontroversos os fatos alegados, uma vez contestados pelo litisconsorte. O litisconsórcio passivo, na hipótese de responsabilidade subsidiária, é facultativo e simples, uma vez que é possível ter decisões diferentes para os litisconsortes que figuram no polo passivo, como por exemplo, a exclusão de um deles por não ser o tomador, responsabilidade limitada do tomador somente a um determinado período enquanto que o real empregador responde por um período maior. De qualquer sorte reconhecida a responsabilidade subsidiária os efeitos serão suportados pelo tomador. Por tal é que em obediência ao princípio da ampla defesa, a revelia do empregador não pode prejudicar os demais componentes do polo passivo. (TRT/SP - 00024702820125020058 - RO - Ac. 1ªT [20150966550](#) - Rel. Maria José Bighetti Ordoño Rebello - DOE 24/11/2015)

PROFESSOR

Férias

Recesso escolar. Professor. Direito ao aviso prévio. É nula disposição que vise suprimir garantia mais benéfica, prevista no art. 322 da CLT, mormente considerando o entendimento consubstanciado na Súmula 10 do TST, que dispõe que o direito aos salários do período de férias não exclui o direito ao aviso prévio quando a dispensa sem justa causa ocorre ao término do ano letivo ou no curso de férias escolares. Apelo não provido. (TRT/SP - 00004175420155020063 - RO - Ac. 18ªT [20150961353](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 06/11/2015)

PROVA

Convicção livre do juiz

Provas testemunhais díspares. Se os dizeres das testemunhas são conflitantes deve o julgador buscar a harmonia do conjunto do quadro probatório, à formação de seu convencimento motivado, naturalmente, emprestando maior juridicidade aos pontos coerentes em detrimento dos incoerentes (TRT/SP - 00029051820125020085 - RO - Ac. 15ªT [20151030132](#) - Rel. Silvana Abramo Margherito Ariano- DOE 08/12/2015)

Horas extras

Horas extras. Ônus da prova. É do reclamante o ônus de provar a existência de diferenças de horas extras a seu favor. (TRT/SP - 00019130920145020046 - RO - Ac. 3ªT [20150948268](#) - Rel. Mércia Tomazinho - DOE 05/11/2015)

Horas extras. Testemunha que trabalhou com o reclamante na maior parte do período imprescrito. Extensão da condenação. O fato de a testemunha não ter trabalhado com o autor em todo o liame empregatício não limita a pretensão formulada, sendo certo que ambos laboraram juntos na maior parte do período imprescrito - cerca de quatro anos - e o labor aos sábados foi indicado pelo autor em todo o contrato de trabalho. Inteligência da OJ n. 233 da C. SDI-I do TST. Condenação no pagamento de horas extras em todo o período imprescrito que se mantém. (TRT/SP - 00013464620125020434 - RO - Ac. 11ªT [20150809667](#) - Rel. Sérgio Roberto Rodrigues - DOE 22/09/2015)

Justa causa

Justa causa. Provada. Informações Confidenciais. Sigilo. Violação. O reclamante encaminhou e-mails com conteúdo estratégico da empregadora a funcionários de empresas concorrentes, embora tivesse consciência do sigilo de informações confidenciais. Tais fatos revestem-se de absoluta gravidade, de forma a romper o elemento fidúcia, essencial à relação de emprego, ensejando dispensa por justa causa, sem ônus para o empregador, nos moldes preconizados pelo art. 482, "g", da CLT. Apelo obreiro que se nega provimento. (TRT/SP - 00010768320145020003 - RO - Ac. 18ªT [20150976873](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 13/11/2015)

Relação de emprego

Pequeno empreendimento. Participação de familiares. As relações de trabalho envolvendo parentes em pequenos negócios empresariais não se encontram à margem do reconhecimento jurídico do contrato individual de trabalho, mas impõem ao julgador maior sensibilidade e sopesamento às circunstâncias, para que pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade possa evitar o magistrado nefastos desdobramentos no próprio seio familiar. No caso dos autos, tem-se que a prova não revelou o mínimo indício de subordinação jurídica à caracterização da alteridade inerente à relação de emprego com os pressupostos gizados pelo art. 3º da CLT. Pelo contrário, restou demonstrado que o autor atuava como verdadeiro empregador, administrando a empresa reclamada e dispensando os empregados. Apelo do reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 00005397320145020331 - AIRO - Ac. 6ªT [20150454400](#) - Rel. Valdir Florindo - DOE 01/06/2015)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Autonomia

Carregador autônomo com cadastro desta condição na CEAGESP - Vínculo de emprego não configurado. Havendo comprovação cartular de que a prestação de serviços pelo reclamante ocorria sob a forma de trabalho autônomo, restando ainda consignado neste documento que no ato de inscrição o autor assumira compromisso formal em não manter vínculo empregatício e não trabalhar com exclusividade para nenhum permissionário do Entrepósito da Ceagesp é do autor o ônus de desconstituir o conteúdo dos documentos carreados aos autos, ou seja, provar realidade contratual laborada, à luz dos requisitos caracterizadores contidos

no artigo 3º da CLT, vez que materializada nos autos prova obstativa do seu direito. Nada provou o reclamante. Ao contrário, os elementos probatórios dos autos confirmam a percepção do julgador primígeno no sentido de que o reclamante não prestava serviços exclusivamente à reclamada, dependia apenas de si mesmo e de seus instrumentos de trabalho, por ele custeados, para a obtenção dos seus ganhos. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00023351220145020069 - RO - Ac. 5ªT [20150921378](#) - Rel. Maria da Conceição Batista - DOE 22/10/2015)

Policial Militar e Guarda Civil

Vínculo empregatício. Policial Militar. Não se justifica a ausência de registro do contrato de trabalho pelo fato do obreiro ser policial militar (agente penitenciário), uma vez que isto não obsta o reconhecimento do vínculo empregatício, conforme entendimento cristalizado na Súmula 386 do C.TST. (TRT/SP - 00013877320145020068 - RO - Ac. 2ªT [20150996173](#) - Rel. Sonia Maria Forster do Amaral - DOE 23/11/2015)

RESCISÃO CONTRATUAL

Efeitos

Plano de saúde oferecido pelo empregador. Manutenção do empregado. Art. 30 da Lei n. 9.656/98. Diante do reconhecimento judicial da dispensa sem justa causa, faz jus o empregado à sua reinclusão no convênio médico empresarial, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, obedecidos os limites e condições estabelecidas no art. 30 da Lei n. 9.656/98. (TRT/SP - 00027060320135020039 - RO - Ac. 14ªT [20150695777](#) - Rel. Manoel Antonio Ariano - DOE 20/08/2015)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Em geral

Recurso ordinário. Grupo econômico. Sociedade em conta de participação. O grupo econômico, de acordo com a CLT, possui maior abrangência que o mencionado na Lei nº 6.404/1976, que regula as sociedades anônimas. Para o referido Diploma, grupo econômico é constituído por meio de uma convenção em função da qual a sociedade controladora e suas controladas obrigam-se a combinar recursos ou esforços para a realização dos respectivos objetos, ou a participar de atividades ou empreendimentos comuns (art. 265, Lei nº 6.404). Os participantes devem ser sociedade regularmente constituídas, o que já não ocorre para o grupo trabalhista, o qual é constituído de empresas. A abrangência da lei consolidada corresponde muito mais ao grupo de fato do que ao grupo de direito previsto na lei, dando-se uma proteção maior ao trabalhador. A realidade sobrepõe-se ao formalismo, tendo em vista que pretende evitar os prejuízos que podem sofrer os trabalhadores diante das manobras praticadas pelas empresas que compõem o grupo. A economia moderna fez com que surgissem os grupos que, empenhados na produção, levaram ao surgimento de verdadeiros consórcios de empresas, as quais, mantendo personalidade jurídica própria, estão sob controle ou administração de uma empresa. É certo que a proteção conferida ao sócio oculto/investidor, no âmbito do direito civil e empresarial, não subsiste na seara laboral. Assim, tanto o sócio oculto/investidor, bem como o ostensivo, podem eventualmente ser responsabilizados pelos créditos trabalhistas surgidos durante a

realização dos objetivos sociais. (PJe-JT TRT/SP [10000641020155020382](#) - 12ªTurma - RO - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DEJT 16/11/2015)

Funções simultâneas

Acúmulo de funções. Cabimento de fixação de adicional. O contrato de trabalho é sinalagmático, caracterizando-se pela reciprocidade entre as obrigações contratuais. Deve haver um equilíbrio entre as prestações, sob pena de se causar o enriquecimento ilícito do empregador. Outrossim, devem ser observados os princípios da boa-fé contratual e da equivalência das prestações. O exercício de tarefas alheias àquelas inerentes à função do empregado deve ser remunerado, consoante disposto nos artigos 884 e 422 do Código Civil. (TRT/SP - 00004745720105020060 - RO - Ac. 4ªT [20150866296](#) - Rel. Ivani Contini Bramante - DOE 09/10/2015)

Participação nos lucros

Participação nos lucros e resultados. Diferenças relativas ao ano da rescisão contratual. Devidas. Tendo em vista que o autor laborou por quatro meses no ano em que se deu a rescisão contratual, resta claro que contribuiu para os lucros obtidos pela ré durante parte do primeiro semestre de tal ano, sendo certo que a não percepção das diferenças pela participação nos resultados positivos auferidos pelo empregador configura tratamento desigual. Na esteira da Súmula n. 451, do C.TST, tem-se que a disposição normativa que impõe o pagamento do título em estudo apenas aos empregados que laboraram até dezembro do ano da ruptura fere o princípio da isonomia, razão pela qual o obreiro faz jus à PLR proporcional referente ao ano do desligamento. Recurso da ré ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00007361220145020013 - RO - Ac. 11ªT [20151060929](#) - Rel. Sérgio Roberto Rodrigues - DOE 15/12/2015)

SALÁRIO (EM GERAL)

Funções simultâneas

Desvio de função. Configuração. Pagamento das diferenças salariais. Como cediço, o reconhecimento do desvio de função - diferentemente do reenquadramento - não pressupõe a existência de quadro de carreira, plano de cargos ou similares, bastando apenas que o empregado execute atribuição de nível superior ou totalmente diversa da originalmente contratada, sem o pagamento do salário respectivo. Prevalece, pois, o que ocorre no plano dos fatos, à luz do princípio da primazia da realidade sobre as formas (art. 9º da CLT), isto é, demonstrado que era atribuído ao trabalhador carga ocupacional qualitativamente superior àquela para a qual foi contratado, mostram-se devidas as diferenças salariais decorrentes. Portanto, resta evidenciado nos autos o ilícito trabalhista, concernente à imposição patronal de desvio funcional ao obreiro, em franca ruptura do princípio universal da proibição da discriminação salarial previsto no art. XXIII da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, nas Convenções 100 e 111 da OIT, ambas ratificadas pelo Brasil, no art. 7º, XXXX, da CRFB/88, e no art. 5º da CLT. Ademais, a conduta patronal não se amolda aos estritos limites do *jus variandi*, previsto no art. 456, parágrafo único, da CLT, porquanto a função de líder, executada pelo autor, melhor remunerada, está completamente fora do plexo de tarefas relacionadas com a função contratada de auxiliar de produção, de forma a configurar abuso do poder diretivo do empregador, nos moldes do art. 187 do CC/02. Destarte, comprovado no processado que o empregador modificou as funções originais do empregado, destinando-lhe atividade com qualificação

superior e sem a remuneração correspondente, é de rigor a reforma da sentença atacada, para condenar a reclamada ao pagamento de diferenças salariais. (PJe-JT TRT/SP [10017345320145020468](#) - 4ªTurma - RO - Rel. Maria Isabel Cueva Moraes - DEJT 17/09/2015)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Nulidade

Nulidade da sentença. Fundamentação contraditória. A contradição existente entre os elementos da fundamentação torna nula a sentença proferida, impossibilitando a análise das matérias submetidas ao duplo grau de jurisdição por este Órgão Colegiado. (TRT/SP - 00021582620125020002 - RO - Ac. 3ªT [20151006223](#) - Rel. Margoth Giacomazzi Martins - DOE 25/11/2015)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Salário

Gratificação por direção. Inexistência de previsão legal e normativa. Verba indevida. Não havendo previsão legal e normativa para o pagamento do adicional gratificação para direção e tendo a reclamante sido contratada também para conduzir veículos, conforme termos do edital do concurso público através do qual foi contratada, indevido o adicional. Recurso da reclamante a que se nega provimento. (TRT/SP - 00016961420145020030 - RO - Ac. 3ªT [20150949442](#) - Rel. Margoth Giacomazzi Martins - DOE 05/11/2015)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

Das contribuições sindicais. Da desnecessidade de publicação de editais. Reputo inexigível a publicação de editais nos moldes previstos no art. 605 da CLT, vez que os percentuais, prazos e formas de recolhimento da contribuição sindical já estão previstos em lei, bem como por entender que o art. 8º, I, da CFRB revogou tacitamente o art. 605 da CLT, haja vista que tal dispositivo representa interferência do Estado no funcionamento dos sindicatos em flagrante violação ao princípio da liberdade sindical, previsto na Convenção 87 da OIT e na Constituição da República Federativa do Brasil. (PJe-JT TRT/SP [10021212620145020385](#) - 4ªTurma - RO - Rel. Maria Isabel Cueva Moraes - DEJT 28/08/2015)

Funcionamento e Registro

Nulidade das alterações do regulamento eleitoral. Ausência de impugnações por parte do associado à época própria. Modificações que observaram as normas regulamentares. Improcedência que se mantém. As modificações regulamentares foram realizadas de forma escoeireta, com ampla divulgação aos associados e o autor não se manifestou contrariamente às decisões das assembleias ou ao processo eleitoral nos momentos próprios, como lhe era facultado no estatuto que se encontrava em vigor à época. Assim, à míngua de irregularidades, não há subsídios para se declarar a nulidade do regulamento eleitoral ou do processo de votação. Recurso ordinário ao qual se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP [10011919320135020465](#) - 11ªTurma - RO - Rel. Líbia da Graça Pires - DEJT 12/11/2015)